

ASSEMBLEIA DE DELEGADOS

Travessa do Carvalho, 23
1249-003 Lisboa, Portugal
T: +351 213 241 110

delegados@ordemdosarquitectos.pt
www.arquitectos.pt



ATA

4ª Reunião da Assembleia de Delegados da Ordem dos Arquitectos (2023-2026)

29.Junho.2024
10h00 – Videoconferência

No dia 29 de Junho de 2024, reuniu a Assembleia de Delgados da Ordem dos Arquitectos (AdDel), para a sua 4.ª reunião, do mandato 2023-2026, reunião de caráter ordinário, em formato telemático, através da plataforma Zoom.

- **Participaram na reunião os seguintes Delegados:** Alexandre Ferreira, Ana de Bastos, Ana Nascimento, Alice Tavares (em substituição de Carlos Antunes); António Maria Costa, Carla Vieira, Cilisia Ornelas (em substituição de Bernardo Amaral); Daniel Carrapa Dias, Décio Ferreira, Duarte Caldeira, Francisco Freitas, Igor Espínola França, João Cravo; João Costa Ribeiro (em substituição de Paulo Pardelha), João Paulo Bessa, Jorge Teixeira, Jorge Toscano, José Luís Fernandes, Mário Martins, Marta Falcão, Patrícia d'Andrade, Paulo Pisco, Pedro Crisóstomo, Nuno Freitas, Renato Costa, Sérgio Antunes, e Teresa Novais.
- **Não participaram** Susana Rato, que justificou a ausência (não foi possível substituir).
- **Foram convidados** e estiveram presentes: do Conselho Diretivo Nacional - o Presidente, Avelino Oliveira, o Tesoureiro – António Laúndes.
- **Participaram ainda**, o assessor jurídico da AdD, Dr. Bernardo Pinheiro e a responsável pelo secretariado administrativo, Fátima Marques.

Ordem de Trabalhos :

1. Aprovação da Ata da 3ª reunião, realizada em 25.março.2024;
2. Relatório e Contas da Ordem dos Arquitectos referente ao exercício de 2023;
3. Normas transitórias para a eleição dos titulares do Conselho de Supervisão da Ordem dos Arquitectos criado pela Lei n.º 12/2024, de 19/01;
4. Pronúncia sobre a integração da OA como membro fundador do Docomomo Portugal;
5. Proposta para a realização do XVII Congresso dos Arquitectos no Alentejo;
6. Outros assuntos.

O Presidente da AdDel, Jorge Teixeira, constatando haver quórum, deu início à reunião, pelas 10 horas e 05 minutos.

Cumprimentou e agradeceu a presença de todos e solicitou autorização para a gravação da reunião.

Seguidamente, deu nota da existência de uma gralha na deliberação, na pág. 4. que acompanha o Relatório e Contas da Ordem dos Arquitectos referente ao exercício de 2023 e pediu para que os membros tivessem em conta essa correção.

Seguidamente informou que o Conselho Diretivo Nacional solicitou a introdução de um novo ponto na OT relativo a um assunto urgente e deu a palavra ao Presidente do CDN, Avelino Oliveira, para fazer um breve enquadramento do assunto e da urgência de que este se reveste.

O Presidente do CDN, Avelino Oliveira, cumprimentou todos e, antes de apresentar o assunto, fez a seguinte introdução: que será de grande importância realizar-se, oportunamente, um encontro presencial com os Delegados para discutirem e compreenderem as diversas questões em desenvolvimento e a situação atual da Ordem. De seguida, explicou então a proposta de integração da Ordem dos Arquitectos (OA) como membro da "Fundação da Construção". Esclareceu que a Ordem dos Engenheiros e a Ordem dos Economistas convidaram a Ordem dos Arquitectos para refletir sobre os desafios da profissão e do setor da construção, considerando para isso também os grandes grupos de construção e as empresas de consultoria em Portugal.

ASSEMBLEIA DE DELEGADOS

Travessa do Carvalho, 23
1249-003 Lisboa, Portugal
T: +351 213 241 110

delegados@ordemdosarquitectos.pt
www.arquitectos.pt



NIF 500 802 025

A proposta que pretende apresentar, envolve a criação de uma Fundação para abordar temas relacionados com a Habitação e a Construção.

Mencionou os recentes desenvolvimentos ocorridos, nos quais o Ministro de Infraestruturas e Obras Públicas, além de apoiar a iniciativa, solicitou mesmo, a participação da Ordem dos Arquitectos. Neste contexto, salientou a importância de divulgar este assunto, informando que a participação da OA está garantida sem custos e com a possibilidade de desistência em qualquer momento.

Concluiu, propondo a inclusão deste novo ponto na ordem de trabalhos da reunião, com a intenção de obter o apoio da AdDel à participação da Ordem dos Arquitectos nesta Fundação. Caso a inclusão do ponto seja aceite, na devida altura dará informações mais concretas e partilhará um documento com a versão draft dos Estatutos da Fundação.

Jorge Teixeira – solicitou que neste momento se votasse somente a introdução do novo ponto na OT que, uma vez aceite, será discutido em momento posterior.

Assim e estando todos de acordo, procedeu-se à votação da introdução do novo ponto; que passará a ser o **Ponto 6.** da ordem de trabalhos - **“Proposta para a integração da OA como membro fundador da Fundação da Construção”** e o ponto **Outros Assuntos** passará a ser o **Ponto 7.**

A votação foi realizada tendo sido aprovado por **Unanimidade**, a introdução deste novo ponto, superando, naturalmente, o mínimo de dois terços exigido por lei.

Pelo que a Ordem de Trabalhos passou a ter a seguinte redação:

1. Aprovação da Ata da 3ª reunião, realizada em 25.março.2024;
2. Relatório e Contas da Ordem dos Arquitectos referente ao exercício de 2023;
3. Normas transitórias para a eleição dos titulares do Conselho de Supervisão da Ordem dos Arquitectos criado pela Lei n.º 12/2024, de 19/01;
4. Pronúncia sobre a integração da OA como membro fundador do Docomomo Portugal;
5. Proposta para a realização do XVII Congresso dos Arquitectos no Alentejo;
6. Proposta para a integração da OA como membro Fundador da Fundação da Construção;
7. Outros assuntos.

Entretanto foi enviado, por e-mail para todos os presentes na reunião, o documento “Proposta de integração da OA na Fundação da Construção”, para haver a oportunidade de ser lido antes da discussão do assunto no novo ponto agora aprovado.

Assim, iniciou-se a discussão dos pontos da OT.

Ponto 1. Aprovação da Ata da 3ª Assembleia de Delegados

O Presidente, informou que não tinha havido pedidos de correção ou complementos à proposta de Ata, previamente enviada e questionou se alguém queria ainda fazer alguma alteração ou comentário. Não havendo, foi colocada à votação. Sendo a **Ata da 3ª AdDelegados** aprovada por **Unanimidade**.

Houve 4 abstenções de Delegados (Ana Bastos, Marta falcão, Mário Martins e Nuno Freitas) por não terem estado presentes na sessão da Assembleia a que faz referência a ata a votação.

Ponto 2. Relatório e Contas da Ordem dos Arquitectos referente ao exercício de 2023

O Presidente da AdDelegados, Jorge Teixeira, lembrou a chamada de atenção feita no início da reunião, para a gralha na nota de introdução ao no Relatório e Contas, relativa ao valor que consta da deliberação e

ASSEMBLEIA DE DELEGADOS

Travessa do Carvalho, 23
1249-003 Lisboa, Portugal
T: +351 213 241 110

delegados@ordemdosarquitectos.pt
www.arquitectos.pt



onde se lia "310.363,23€" deverá ler-se "310.099,93€", e informou que já foi enviada uma versão do documento corrigido aos Delegados.

Seguidamente deu a palavra a Avelino Oliveira e António Laúndes para fazerem a apresentação do referido Relatório e Contas e do Parecer do CFiscal.

Avelino Oliveira – começou por dar uma nota prévia sobre este assunto e da dificuldade em reunir todos tesoureiros de dois mandatos, assim como da necessidade de incorporar uma súmula dos documentos do mandato anterior no mandato atual. Referiu que o Relatório de Gestão é sucinto e direcionado, de modo a incorporar as atividades dos dois mandatos e fez uma saudação especial para o esforço na elaboração e acompanhamento deste assunto pelos os tesoureiros e funcionários envolvidos, assim como por toda a equipa, com o Conselho Fiscal, o respetivo ROC e as empresas de contabilidade nas inúmeras reuniões havidas e, principalmente, todo trabalho do Tesoureiro António Laundes que coordenou todo o enorme processo; informou ainda sobre a auditoria do Tribunal de Contas que esteve a decorrer até há poucos dias, aguardando-se agora o relatório final; terminou, salientando a necessidade de entregar, com muito urgência (até final do presente mês) este o Relatório e Contas do exercício de 2023, aprovado, no referido Tribunal de Contas.

O Tesoureiro do CDN, António Laúndes, cumprimentou os presentes, reforçou o que disse o Presidente do CDN e referiu as dificuldades em reunir todos os documentos e os 15/16 tesoureiros envolvidos devido à mudança de mandato, que terá dificultado ainda mais os trabalhos. Referiu, igualmente, a auditoria que mobilizou também alguns recursos e, seguidamente, fez um breve apanhado do conteúdo do documento, a sua metodologia e a evolução da atividade. Sublinhou ainda que, só o último trimestre, é da responsabilidade do atual mandato e que o Relatório de Gestão, que faz parte do documento é, na íntegra, da responsabilidade da atual direção.

Referiu algumas das verbas e impactos nas contas, das quais foi dando breves apontamentos e explicando esses resultados, em que foi apurado um resultado líquido negativo de 310.099 euros. Este resultado negativo, resulta principalmente das imparidades, mas também da realização do Congresso nos Açores que teve um impacto muito forte nas contas, produzindo um resultado negativo, de 133.225,00 euros. Explicou que, no Congresso, as despesas foram maiores que as orçamentadas e as receitas dos patrocínios não foram suficientes para cobrir o total das despesas. Relativamente às imparidades, estas são relativas às quotas não cobradas, uma vez que muitos membros não pagam as respetivas quotas ao longo dos anos mas também não pedem, voluntariamente, a suspensão da inscrição e, desse modo, as quotas continuam a ser faturadas. Por essa razão, há lugar às referidas imparidades que resultam dessa impossibilidade de cobrança. Referiu ainda que, por outro lado, a Ordem cresceu devido ao aumento de novos membros inscritos. Seguidamente e em conformidade com o documento, deu também diversas explicações sobre o as contas propriamente ditas. Terminando, colocou-se à disposição para esclarecer todas as dúvidas dos Delegados.

Jorge Teixeira agradeceu o enquadramento, apresentação e explicações e alertou para o que está em causa, que é a nossa aprovação ou não do documento que se apresenta, da qualidade do mesmo, no sentido de este ser um retrato fiel do que foi feito e não sobre os gastos que foram efetuados numa ou noutra circunstância. De seguida deu por aberta a discussão à Assembleia para as intervenções e pedidos de esclarecimento.

Ana Nascimento, agradeceu a explicação e questiona como poderá impactar este resultado negativo no plano de atividades do presente ano.

Alice Tavares, referiu que o documento com 282 páginas, merceia mais tempo de ponderação do que somente 3 dias antes da reunião, quando foi divulgado, considerando assim não ser possível uma análise de forma correta e justa do documento; referindo-se às imparidades, questiona se já se encontra identificado o problema. Interroga o porquê não se tomam medidas de modo a que esta situação deixe de ocorrer e referiu ainda que, considerando que certas despesas venham a acontecer como o Congresso, sugere que se devam organizar meios para não se chegarem a estes valores negativos, assim como deverá existir um maior cuidado em despesas que não trazem retorno.

ASSEMBLEIA DE DELEGADOS

Travessa do Carvalho, 23
1249-003 Lisboa, Portugal
T: +351 213 241 110

delegados@ordemdosarquitectos.pt
www.arquitectos.pt



NIF 500 802 025

Avelino Oliveira – respondendo às duas intervenções, disse que o orçamento de cada ano é sempre de base zero de modo a que o impacto seja nulo. Por essa razão, o orçamento e as contas de 2023 não afetaram, nem terão impacto nas contas e atividades de 2024 e, apesar de concordar com algumas das afirmações (da Alice Tavares), foi tomada uma atitude de continuidade com o que foi feito e bem feito no anterior mandato, assim como noutras matérias que se propuseram melhorar, não podendo, contudo, fugir às regras financeiras e de tesouraria. Esta foi a metodologia adotada e as contas devem ser assumidas e incorporadas, sendo um trabalho de índole financeira, com as imposições legais dos especialistas, tais como o CFiscal e do ROC. Mencionou ainda que este ano já se está a trabalhar com todos tesoureiros, ROC e as empresas de contabilidade, de modo a que despesas extraordinárias não venham a acontecer.

Alice Tavares – esclareceu que a sua intervenção não tem nada que ver com acertos de contas com o anterior mandato mas, sabendo-se que os membros não pagam as quotas, devem tentar resolver esse problema de forma pró-ativa, não tendo, este assunto, nada a ver com eleições nem se tratar de direções diferentes.

Avelino Oliveira – esclareceu que é o que já está a acontecer e estão já a tentar melhorar esse contato com os membros. Relativamente ao Congresso, esclareceu que se encontrava previsto um conjunto de receitas que não foram arrecadas, talvez por este se ter realizado nos Açores e ter havido um menor interesse por parte de empresas patrocinadoras, razão pela qual foi também mais dispendioso devido ao valor das viagens e estadias.

António Laundes - reforçou que o Relatório e Contas terá impacto nas medidas de gestão orçamental, pelo que se deverá perceber o que é Tesouraria e Contabilidade. Um Congresso é sempre uma perspetiva pelo que se têm de trabalhar com expectativas entre o que se prevê gastar e do que se prevê arrecadar. Neste caso houve um percalço. Para o futuro terá de se aferir melhor, e por isso, este ano, a SR-Madeira, na pessoa da sua Presidente, foi a primeira a dizer que compreendia o impacto que a realização do Congresso na sua Região poderia trazer e, de forma bastante altruísta que deve ser valorizada, aceitou que o próximo Congresso não deveria ser realizado na Madeira.

Sobre as imparidades, afirmou que não podemos fazer mais que o que a lei permite, podemos agir sobre os membros de forma coerciva, mas salientou não será ele que irá colocar os membros em Tribunal. Irão procurar-se outras formas e falar com os membros. Serão enviadas cartas sugerindo que estes suspendam as quotas, mas, contabilisticamente existem estes saldos devedores que levam a estas inevitáveis imparidades.

Alice Tavares – agradeceu os esclarecimentos, e manifestou a sua preocupação tendo em conta que já se têm essas experiências acumuladas de anos anteriores, deveriam tentar que estas situações não voltem a acontecer.

Jorge Teixeira – referiu que se este documento foi visto e revisto pelo que lhe dá segurança para considerar que o documento se encontra em condições de ser aprovado. Sobre as imparidades estas são fórmulas contabilísticas que, se não estivessem ali apontadas, teriam de constar num qualquer outro sítio, a menos que as quotas fossem pagas e manifestou o seu acordo em não haver, por parte da AO, uma ação coerciva sobre os seus membros para a cobrança das quotas.

Sérgio Antunes, colocou duas questões: a primeira se estavam a votar só o Relatório e Contas ou também os anexos? e se não estes não poderiam ser dois documentos autónomos? Sobre o sobrecusto do Congresso nos Açores, sugeriu que se deve verificar o que foram custos e o que foi investimento e, se retirados esses custos, estamos equilibrados ou necessitamos de medidas adicionais noutros campos.

António Laúdens – esclareceu que se a questão é quanto afinal custou o Congresso, esclareceu não existir sobrecusto pela realização de um Congresso. A realização de um Congresso é sempre um investimento, mas, obviamente, têm sempre um impacto financeiro e teve. É um facto que existiu um desvio financeiro negativo de 160 mil euros. Só em deslocações e estadias foram gastos 240 mil euros, sendo que o impacto será muito diferente se o Congresso for realizado no sítio A ou no sítio B. Sobre o documento a votar são somente os documentos de controle orçamental. A Assembleia não aprova os controles orçamentais periódicos/trimestrais, estes só foram anexados, devida à mudança de mandato para melhor compreensão do exercício. A Assembleia aprova só o Relatório e Contas e o de Gestão Financeira, a restante documentação

ASSEMBLEIA DE DELEGADOS

Travessa do Carvalho, 23
1249-003 Lisboa, Portugal
T: +351 213 241 110

delegados@ordemdosarquitectos.pt
www.arquitectos.pt



ajuda a explicar e complementar algumas situações a nível regional.

Avelino Oliveira – esclareceu ainda, que a capacidade de arranjar patrocínios compensa, mas sabe que as empresas referiram que por ser nos Açores não estava na sua área de interesse de mercado, pelo que estas não se mobilizaram, assim como manifestou a sua concordância na questão de o congresso ser um investimento.

João Costa Ribeiro – manifestou a sua dúvida relativa a questão de quotas, e leu na página 29 o parágrafo relativo às mesmas. Questionou que não viu no plano de atividades nenhuma informação nem menção a um aumento de quotas e gostaria de saber como se concretiza este objetivo indicado no Relatório e Contas.

Avelino Oliveira – informou que não se prevê nem um aumento, nem atualização de quotas, nem se pretende que tal aconteça. A questão por agora não se coloca uma vez que tem havido uma média de 800 novos membros por ano, pelo que, nos últimos vinte anos, mais que duplicamos os membros inscritos e este é que “tem sido o nosso aumento de quotas”, sublinhado que, em princípio, no próximo biénio não pretendem aumentar o valor das quotas.

João Costa Ribeiro - salientou que no documento, e pode ser uma questão de semântica entre atualizar ou aumentar a quotas, diz-se para se aplicar esta medida o mais breve possível. Não querendo dar nenhuma dimensão política, sobre aumentar ou diminuir a quota, dá nota deste ponto porque é chamado a votar um documento onde isso é referido.

António Laúndes - referiu entender a questão colocada, mas confirmou que não se pretende mexer nos 190 euros/ano da quota, mas poderá ter de se propor o aumento de quota, até porque podem ser os Delegados a propor esse aumento. Aliás, é a AdDel que aprova esses aumentos ou atualizações. Também devido à repartição de quotização pelas Secções Regionais pode vir a verificar-se essa necessidade. Sobre a tabela de taxas referiu que esta será revista a par com todos os regulamentos e normas porque a alteração estatutária assim o obriga.

Teresa Novais – Agradeceu a apresentação e esclarecimentos, mencionando que se verifica a existência de muito trabalho nestes documentos. Quanto à questão das quotas concordou que o documento não é muito claro nesse sentido e referiu que nenhum órgão terá coragem de tomar a iniciativa de fazer um aumento ou atualização automática, pelo que deveria ser discutido oportunamente na AdDel, com seriedade. Sobre o Congresso, na sua opinião, este é um órgão da OA e não uma atividade extra. Ninguém questiona se os outros órgãos dão ou não prejuízo, portanto o Congresso é um órgão e como tal pago pelos próprios membros, nunca devendo ser posto em causa os gastos deste órgão, desde que obviamente sejam gastos “considerados normais” pelo que devem os prejuízos/gastos serem assumidos pelas quotas, não devendo ter como objetivo principal o de dar lucro.

Alexandre Ferreira – começou por referir que primeiro se deverá tentar compreender a natureza dos resultados e se são estruturais ou são circunstanciais. Caso sejam circunstanciais não é tão complicado, se fossem estruturais é que seria mau. Relativamente às imparidades estas são um critério contabilístico, e assim foi assumido. Já o Congresso, que devido a opção de este ter sido realizado nos Açores, teve custos, mas é um investimento e, por isso, devemos compreender a necessidade de descentralização e que as atividades da Ordem devem estar presentes em todo o território. São duas situações que não são estruturais e por isso não parecem ter impacto futuro nas contas da OA no seu todo. A questão da inflação é que poderá sim, alterar a situação das quotas, devendo fazer-se uma reflexão de forma muito séria sobre esta questão pelo que propôs que deveria fazer uma reunião de modo a ponderar esta atualização/aumento.

Avelino Oliveira – manifesto a seu acordo com o que disse a Teresa Novais, considera que foi um bom Congresso e este deve ser considerado um investimento, mas, financeiramente, deveriam ter garantido mais patrocínios o que iria certamente diminuir esses custos. Sobre as quotas poderá sim vir a ponderar-se este assunto, mas salientou que desde 2006/2007 se tem vindo a reduzir a nossa receita estrutural e também ter a consciência que reduzimos para um terço a capacidade de angariar patrocínios. Na sua perspetiva é necessário reverter esta curva de receita extraordinária e garantir que os custos com as atividades sejam patrocinados e, por isso, deve-se fazer todo o possível explorando todas as formas de aumentar a receita, antes de ponderar e debater o assunto das quotas.

ASSEMBLEIA DE DELEGADOS

Travessa do Carvalho, 23
1249-003 Lisboa, Portugal
T: +351 213 241 110

delegados@ordemdosarquitectos.pt
www.arquitectos.pt



Jorge Toscano –manifestou que talvez não seja este o momento mais oportuno pois o foco será votar o Relatório e Contas, mas como este tópico das quotas vem sempre a ser tema de discussão, pelo que se deveria, oportunamente, falar-se sobre o assunto e a AdDel deveria reunir com esse objetivo. Seguidamente referiu alguns dados e números pelo que se verifica que o número de novos membros tem sustentado o valor da inflação. Salientou ainda que o Congresso é essencial acontecer, mas que não se pode esquecer o facto que este se realiza em cada triénio, pelo que terá melhor sustentação se se dividir o custo que lhe está atribuído pelos 3 anos o que, certamente, reduz o seu valor num determinado ano. Mostrou satisfação por saber que o CDN está a tentar reverter a situação de falta de angariação de patrocínios.

José Luís Fernandes - referiu que não teve tempo para ler todo o Relatório e Contas por manifesta falta de tempo, mas gostaria de perceber a diferença entre as receitas e despesas que foram muito significativas. Questiona o que aconteceu e se foram irrealistas ou se houve despesas inesperadas. Considera uma diferença enorme, não pondo em causa a importância dos Congressos, mas pretende compreender as diferenças entre os 100 mil e os 250 mil euros previstos.

António Laúdens – esclareceu do que conseguiu apurar é que a anterior Direção tinha uma perspetiva de que iriam ter uma despesa muito menor do que veio a acontecer e as receitas/patrocínios não foram as que se previam, acabando por se exceder o que tinha sido perspetivado, em viagens, estadias e viagens preparatórias etc.. Também o investimento no voto eletrónico e na forte campanha publicitária, expliquem algumas das diferenças entre o previsto e os gastos efetivos. Houve, contudo, um esforço de fazer um bom congresso e deve-se valorizar esse aspeto, apesar do impacto negativo nas contas. O congresso é um investimento e sendo o primeiro órgão da OA é uma obrigação estatutária, pelo que agora deverá seguir-se em frente e ter mais cuidado no futuro.

Avelino Oliveira – interveio, para explicar que já se encontrava previsto um prejuízo que depois acabou por ser bastante maior, eventualmente poderá ter sido sub-orçamentado, mas se bem compreendeu a questão do José Luís Fernandes, este, está preocupado com o próximo Congresso, e esclareceu que o congresso de 2025 não terá este tipo de impacto e, pelo contrário, e estão bastante otimistas com o resultado do mesmo.

Mário Martins – agradeceu o trabalho realizado, mas gostaria de ver melhor explicado o seguinte aspeto: que é a diferença entre o 3º e o 4º trimestre, conforme se verifica nos quadros existentes do Relatório? Existem grandes diferenças entre estes dois trimestres, gostaria de ser esclarecido, para poder votar em consciência,

António Laúdens – Esclareceu, por exemplo no caso das imparidades, estas só são aprovadas no 4º trimestre. Logo, os 370 mil euros negativos no final do ano só impactam neste último trimestre, o que provoca um enorme impacto. Acresce que no 4º trimestre houve diversas despesas que foi necessário serem pagas que já estavam a decorrer, mas foram concluídas já neste mandato, pelo que no 4º trimestre tiveram de suportar estas despesas que respeitam à totalidade do ano. Referiu ainda, a título de exemplo, que uma grande despesa foi o JA que teve ser paga no último trimestre e daí resultar todo este diferencial pelo que é necessário entender este resultado parcial como diluído pelos trimestres anteriores.

Décio Ferreira – Agradeceu a presença e explicações do Presidente e Tesoureiro, lamentando o curto prazo de tempo que houve para a necessária análise da documentação e mencionou que houve previsões saldos positivos e negativos, mas que se prendem com o ano anterior e com a atividade do mandato anterior. Relativamente à auditoria do Tribunal de Contas, manifestou a sua preocupação e interesse em ter feedback da situação e se já tem ou quando vão ter um relatório final.

Comentou ainda que se a Assembleia não tem de aprovar, e corretamente, os relatórios trimestrais, sugere, contudo, que se façam reuniões de trabalho trimestrais de modo a que os delegados possam melhor acompanhar as contas durante o ano.

Sobre o congresso mencionou que devemos ter o cuidado de fazer o próximo congresso em Portugal continental, aproveitou para deixar uma palavra de apreço à posição altruísta da Presidente da SR Madeira, que compreendeu que não seria oportuno fazer o próximo congresso na Madeira.

Questionou ainda como se poderá resolver esta questão das imparidades, excetuando os métodos coercivos, e gostaria de saber o que está a ser pensado fazer e que outros mecanismos usar para se conseguir cobrar

ASSEMBLEIA DE DELEGADOS

Travessa do Carvalho, 23
1249-003 Lisboa, Portugal
T: +351 213 241 110

delegados@ordemdosarquitectos.pt
www.arquitectos.pt



as quotas.

Na questão de aumento/atualização das quotas, tópico e já vem do anterior orçamento, considerou que este assunto terá de ser resolvido, salientado que apreciou saber que tal não irá, em princípio, acontecer neste mandato. Propôs que a AdDel deva fazer um estudo e reflexão para estarem preparados para quando chegar o momento desses aumentos ou atualizações, tendo em conta que é o órgão que aprova ou propõe este aumento ou atualização.

Carla Vieira – ausentou-se da reunião

António Laúdens - respondeu que sobre as imparidades estão a tentar resolver o impacto e a forma de como cobrar mais quotas, já se encontrando a trabalhar com todos os tesoureiros no sentido de se encontrar novas formas e metodologias mais eficazes de cobrança. Sobre os controlos orçamentais informou que estes passaram a ser partilhados trimestralmente. Relativamente à auditoria do Tribunal de Contas informou que os auditores estiveram até ao início deste mês a fazer a auditoria às contas, solicitaram todos os documentos que entenderam e agora encontramos-nos a aguardar que enviem o relatório preliminar, o qual terão oportunidade de analisar e de responder e no final será emitido pelo TC o relatório final, pelo que aguardam com grande expectativa esse relatório, de modo a perceberem o que se passa e terem melhores indicadores de como devem atuar assim como as melhorias que poderão vir a implementar e novos procedimentos a adotar.

Jorge Teixeira - verificando não existirem mais inscrições e estando prestados todos os esclarecimentos solicitados sobre este assunto, encerrou a discussão e colocou á votação o Relatório e Contas.

Assim, foi colocado à votação **Relatório e Contas da Ordem dos Arquitectos referente ao exercício de 2023** que foi aprovado por **Maioria**, com **dezoito votos** (18) a **Favor** - **seis** (6) **Abstencões** (Sérgio Antunes, João Paulo Bessa, Alice Tavares, Nuno Freitas, João Costa Ribeiro e Francisco Freitas) e **dois** (2) votos **Contra** de Igor Espínola França e Patrícia d' Andrade. (presentes 26 delegados).

Igor Espínola França, informou que irá enviar uma declaração de voto, de acordo com a posição em CDN do Presidente do CDRegional dos Açores.

Ana Bastos ausentou-se da reunião

Ponto 3. Normas transitórias para a eleição dos titulares do Conselho de Supervisão da Ordem dos Arquitectos criado pela Lei n.º 12/2024, de 19/01;

Jorge Teixeira- deu a palavra ao Presidente do CDN, Avelino Oliveira para apresentação deste assunto

Avelino Oliveira - Explicou o princípio e a necessidade destas Normas transitórias e deu nota dos aspetos mais relevantes das mesmas, referindo que se têm acompanhando o que CNOP e as outras Ordens profissionais tem realizado. Informou da reunião havida com o ministro da tutela, Ministro do Ordenamento do Território, ao qual deu nota de alguns problemas do novo Estatuto, e soube, aliás como já se sabia, através do CNOP, que não se encontra previsto na agenda do Governo aceitar uma revisão do Estatuto, pelo que, assim, somos obrigados a criar este órgão de supervisão. Deste modo estamos obrigados a realizar eleições para o mesmo com alguma brevidade pelo que considerou que as normas deverão ser o mais minimalistas e conter o estritamente necessário, para se poder convocar um ato eleitoral para eleger os seus membros de diversos setores, entre Arquitectos e não Arquitectos oriundos de faculdades e com formações habilitantes para a entrada na AO assim como e o de outras pessoas de relevo tendo em conta todas as premissas dos que podem e não podem pertencer a este órgão, nomeadamente, a existência de eventuais contratos de exclusividade, etc. Esta é uma composição que se está a revelar muitíssimo complicada e difícil, pelo que temos que avançar com as normas de modo expedito e o menos impactante possível. Mencionou ainda que o facto de não irmos tão á frente na elaboração das mesmas, também nos ajuda a prever certos problemas difíceis de resolver, o que já se têm verificado com outras Ordens que já fizeram eleições para aquele outro órgão. Salientou de seguida alguns outros aspetos do documento elaborado com base no que consta no Estatuto, nas normas de outras Ordens e com os serviços jurídicos da própria Ordem e que resultou no documento apresentado.

ASSEMBLEIA DE DELEGADOS

Travessa do Carvalho, 23
1249-003 Lisboa, Portugal
T: +351 213 241 110

delegados@ordemdosarquitectos.pt
www.arquitectos.pt



António Laúndes – reforçou a facto da Ordem, ao ser criado este órgão, não ter acautelando o seu impacto financeiro para a OA, que poderia ser composto por um menor número de elementos, em vez dos 15 que teremos de eleger. Poderiam ter sido somente 5 elementos, o que cumpriria de igual forma todos os requisitos da lei. Na constituição das listas terá de acautelar também as quotas de género e de membros e não membros, que serão eleitos pelo método de Hondt e, em paralelo. Haverá assim, dois blocos, o dos Arquitectos e dos não Arquitectos.

Depois desta introdução foi aberta a discussão à Assembleia e intervieram neste ponto:

Sérgio Antunes - mencionou que lhe parece bastante complexo e questiona quem se pode eleger ou seja os não Arquitectos oriundos de estabelecimentos de ensino superior, com o curso de arquitetura, o que é ser oriundo?

Avelino Oliveira - referiu que o que consta no documento foi transposto e transcreeveram exatamente o que se encontra no Estatuto, explicando que deverá ser alguém oriundo e que tem um vínculo com a faculdade á data da eleição, terá de ter esse vínculo profissional. Comentou que se deverá ter o máximo de bom senso, de modo a ser equilibrado, salientando que estas zonas cinzentas não foram criadas por nós, foi o próprio legislador, sendo uma situação bastante complexa e desagradável à qual termos de nos adaptar e estas normas tentam refletir isso.

Jorge Teixeira - Referiu que lhe parece que o artº 13 nº. 1 do Estatuto afirma que só os Arquitectos podem desempenhar cargos na Ordem e depois o EOA contradiz-se. Comentou que trazer pessoas de fora que não poderão votar a disputar eleições para este órgão, que deve naturalmente ser plural e independente, é degradar a composição do mesmo colocando em disputa personalidades exteriores à Ordem sem que as mesmas, sequer se possam pronunciar. Isso acabará por desprestigiar o seu nome, pelo que deveriam ser pessoas convidadas e não eleitas. Isso também nos deve mobilizar na mudança dos Estatutos.

Avelino Oliveira – mencionou que todos os ministros que falou e das reuniões que teve não viu nenhuma abertura para uma revisão estatutária. Mencionou igualmente que também nenhuma das outras Ordens seguiu esse princípio, que iria facilitar bastante, mas será necessário avançar com estas eleições, pelo que temos de fazer o melhor possível e simultaneamente, nos defendermos perante a tutela sem “inventar” ainda que, no futuro, deveria ser possível fazer realmente de outro modo.

João Costa Ribeiro – Questiona, a não ser possível juridicamente, se podíamos já incluir e esclarecer nestas normas quem pode ser ou não eleito e também se se pode colocar nas normas as formas de eleição por método de Hondt, como se aplica esta operacionalidade, ou se será a comissão eleitoral a decidir?

Avelino Oliveira - considerou que seria afunilar e definir as regras e isso poderia levar a que contestassem as normas, referindo que as restantes ordens também não o fizeram, nem o definiram, pelo que se foi deixado de uma forma ambígua, pelo legislador, não devemos ser nós a fazer essas alterações. iremos deixar que as listas apareçam, já sobre a aplicação do método de Hondt, serão dois blocos um de Arquitectos e outro de não Arquitectos, na prática serão “duas” eleições.

António Laúndes – leu e explicou alguns dos artigos, esclarecendo da melhor maneira as questões levantadas.

Jorge Teixeira – sintetizando, concluiu que estas normas servirão para esta primeira eleição e depois no futuro, uma vez que terão de ser revistos todos os regulamentos, se verá e talvez venha a ser possível reverter a escolha do método de eleição para todos os membros não arquitetos. Questionou ainda se a composição do órgão tem de ter uma composição paritária.

António Laúndes – referiu que não podem garantir tal, as listas terão de ser paritárias, mas a composição final do órgão dependerá de quem foi eleito.

João Paulo Bessa – manifestou o seu desagrado e dificuldade em entender este tema, assim como o que os legisladores escrevem e fazem e que ninguém percebe, sendo totalmente contra este conceito do órgão

ASSEMBLEIA DE DELEGADOS

Travessa do Carvalho, 23
1249-003 Lisboa, Portugal
T: +351 213 241 110

delegados@ordemdosarquitectos.pt
www.arquitectos.pt



de supervisão. Supõe que deverá votar contra tudo o que daí advém, mas não querendo criar problemas à Ordem, questionou como pode votar? votar a favor porque não pretende “matar o mensageiro” nem criar problemas, mas salientou e deixou bem claro que é completamente contra.

Avelino Oliveira - revê-se nestas palavras, mas são obrigados a apresentar estas normas, não podem fazer outra coisa, poderia ficar-se no limbo, mas considera que se deve resolver este processo.

Jorge Toscano – manifestou a sua total concordância com as palavras de João Paulo Bessa e questiona que pode acontecer se os Delegados votarem contra? E se esta posição de bloqueio não poderá ajudar em alguma coisa? Salientou que este processo é completamente estranho e estúpido e questionou se o CNOP serviu para alguma coisa neste assunto.

Jorge Teixeira - recorda que nas normas consta que as Ordens têm 120 dias para resolver este problema, ou seja, fazerem a eleição para o órgão de supervisão, ou então têm um ano para eleger todos os órgãos, ou seja fazer novas eleições.

Avelino Oliveira – Esclareceu que não pretendem ficar no limbo nem querem fazer novas eleições, será preferível resolver este assunto. Esclareceu que o CNOP se opôs e ajudou imenso neste assunto, e que, de todas as Ordens, nenhuma conseguiu alterar este aspeto, por isso era preferível o apoio da Assembleia neste processo.

Jorge Teixeira – referiu não haver mais inscrições para intervenções e colocou à votação o documento.

Sendo colocado à votação o documento “**Normas transitórias para a eleição dos titulares do Conselho de Supervisão da OA**”, que foi **Aprovado por Maioria** - com **vinte e quatro** (24) votos a **Favor** e **uma** (1) **abstenção** de Teresa Novais. (presentes 25 delegados).

Será apresentada uma Declaração de voto conjunta dos diversos membros desta Assembleia, referindo que aprovam o documento, mas estão totalmente contra este processo levado a cabo pelos legisladores e Governo.

(Marta Falcão ofereceu-se para fazer uma proposta de declaração que deverá depois recolher contributos e no final ser subscrita)

Antes da votação do ponto 4 – saíram Pedro Crisóstomo e Alexandre Ferreira (13:20)

António Laúndes – considerando não ser já necessária a sua presença e esclarecimentos, agradeceu as questões, contributos e apoio e despediu-se.

Jorge Teixeira – Agradeceu a sua presença e esclarecimentos e passou ao ponto seguinte da OT.

Ponto 4. Pronúncia sobre a integração da OA como membro fundador do Docomomo Portugal

Avelino Oliveira - em conformidade com o documento enviado previamente a todos os Delegados, fez um breve resumo deste ponto, salientando alguns dos aspetos principais, informando que já decorre do anterior mandato e que lhe foi comunicado na passagem de pastas. Referiu que a Arqª Ana Tostões será a Presidente deste novo organismo, sendo lhe foi solicitado que se articulasse entre o Docomomo Portugal e o Docomomo Ibérico, comprometendo-se a Ordem que a quota que se paga ao Docomomo Ibérico também seja paga ao Docomomo Portugal, visto serem instituições importantes e relevante no desenvolvimento da Arquitectura aos quais devemos dar o apoio total. Referiu ainda que foi um compromisso pessoal junto do Arqº. Gonçalo Byrne.

Não houve pedidos de intervenção ou questões, para este ponto.

Estando de acordo e sendo reconhecida a utilidade desta integração, a AdDel pronunciou-se favoravelmente pelo que foi este ponto - **Aprovado por Unanimidade.**

ASSEMBLEIA DE DELEGADOS

Travessa do Carvalho, 23
1249-003 Lisboa, Portugal
T: +351 213 241 110

delegados@ordemdosarquitectos.pt
www.arquitectos.pt



Ponto 5. Proposta para a realização do XVII Congresso dos Arquitectos no Alentejo

Jorge Teixeira - fez uma pequena introdução deste ponto e deu a palavra ao Presidente do CDN.

Avelino Oliveira - apresentou o assunto e prestou diversas informações relevantes sobre a tomada de decisão de realizar o próximo Congresso de 2025 em Évora, tendo por base os locais das anteriores edições, motivos de ordem financeira da AO entre outros. Após a audição de todas as Secções, que por diversos motivos não estariam em tão boas condições económicas, orgânicas e de estrutura para receber o Congresso, a SR Alentejo, dispendo de uma direcção de continuidade, apresentou uma candidatura com fortes argumentos para a realização do Congresso, tais como: os 25 anos do último Congresso lá realizado e o facto de poder ser integrado como "um pontapé de partida" para a *abertura* da cidade de Évora como Capital Europeia da Cultura já em 2027. Entre outros motivos, esta candidatura demonstrou ser realmente uma muito forte e mereceu grande receptividade. Esclareceu ainda que durante a campanha eleitoral, tinha referido que o Congresso poderia vir a realizar-se na zona Centro – Fundão, mas que veio a verificar-se não ser o lugar e a Secção com as melhores condições para a realização de tal evento. Motivos aliás, reconhecidos também pela direcção da SRCentro. Assim, reunidas estas premissas, foi fundamental encontrar uma secção bem preparada para levar a cabo o Congresso, ter o apoio das restantes Secções e, tendo em conta o que se falou no ponto do Relatório e Contas, considerar que se encontram reunidas as condições ideias para a realização do próximo Congresso no Alentejo, na cidade de Évora. Concluindo, informou que logo que esteja aprovado o local, irão iniciar os contactos e oportunamente virá apresentar a AdDel a sua temática.

Aberto o debate, foi ouvida a Assembleia intervindo os seguintes Delegados:

Décio Ferreira- entendeu o que foi referido pelo Presidente e esclarecendo que não tendo, nem sendo contra o local agora apresentado, lamentou que não se venha a realizar no Fundão, tal como tinha sido prometido, mas manifestou a sua compreensão assim como o sentido que fazem as explicações apresentadas para tal vir a acontecer no Alentejo

António Maria Costa – cumprimentou todos e disse em relação ao tema que foi referido, nomeadamente ao compromisso assumido em campanha que o Congresso se iria realizar no Fundão, criou diversas expectativas naquela região. Não sendo de todo contra a escolha do Alentejo ou qualquer outra Secção, e entendendo as palavras do Presidente do CDN, sugeriu que deveria ser prestado algum tipo de justificação junto dos colegas que se sentem marginalizados desde sempre, e viram agora as suas expectativas goradas, sublinhando que não coloca em causa a opção tomada.

Avelino Oliveira – compreendeu as palavras António Maria da Costa, mas disse que enquanto presidente de todos Arquitectos, é necessário tomar decisões que sejam ponderadas para todos também, lembrou que foi realizada no Fundão, até como teste, a conferência da NewBahaus, que correu relativamente bem, mas veio a verificar-se que não seria o local ideal, visto terem uma serie de problemas financeiros e de orgânica que iram tornar difícil a realização de um bom Congresso naquele local. Comprometeu-se, no entanto, a ir à região Centro sempre que for convidado e levar a Ordem lá.

Jorge Teixeira - lembrou que as Jornadas de Arquitectura iniciativa a realizar pela Assembleia de Delegados, deverão vir a realizar-se nas diversas regiões de modo a dar visibilidade a todas as Secções, a primeira deverá ser no Algarve, mas as seguintes jornadas irão realizar-se pelas restantes secções e regiões, à exceção do local onde vier a ser realizado o Congresso. Pelo que existem outras formas de dar relevo e estar em contacto com os membros e as regiões, sem ser com o Congresso.

Daniel Carrapa – enquanto Presidente da Assembleia Regional do Alentejo, compreende a importância da realização do Congresso para as regiões que o recebem, havendo diversas convergências e enquadramentos para a realização do Congresso em Évora, tais como fazer 25 anos do último congresso lá realizado e de virem a ser a Capital Europeia da Cultura. Sente que é uma grande oportunidade para contribuírem para o sucesso desta iniciativa e saudou a proposta que foi apresentada.

João Paulo Bessa - tomou a palavra para manifestar que nada têm contra o Alentejo nem contra a Secção Regional, mas é contra, há anos, com a forma estatutária em vigor onde os Estatutos impõem uma assimetria nas regiões pela forma que se encontram divididas, dando o exemplo da SRLVT. Sendo esta secção a que possui um maior número de membros e têm o maior volume de quotas, tendo em conta as distâncias necessárias a percorrer pela maioria dos membros e os gastos que isso envolve, impede, na prática, a

ASSEMBLEIA DE DELEGADOS

Travessa do Carvalho, 23
1249-003 Lisboa, Portugal
T: +351 213 241 110

delegados@ordemdosarquitectos.pt
www.arquitectos.pt



NIF 500 802 025

participação ativa de todos os seus membros. De igual forma, o Congresso deveria ser um investimento e não está a ser, pelo que deveria ser realizado de outro modo e com uma organização que não existe. Além de que antes da sua realização deveria saber-se antecipadamente os critérios e despesas que irá custar no do mais, a Secção que o realiza, deveria desenvolver-se formas que permitissem que todos pudessem participar ativamente não só no Congresso, mas também nas Assembleias. Por estas razões, manifestou que o seu voto não será favorável a esta proposta, não por ter objeções contra o local, mas sim ao formato e organização do Congresso que impossibilita uma participação mais ativa na vida da Ordem. Concluiu que se terá de alterar esta divisão das regiões onde umas tem 14 mil arquitetos e outras têm somente 600 membros.

Paulo Pisco – manifestou a sua compreensão com as razões apontadas por João Paulo Bessa, referindo que sendo ele próprio um membro da LVT e encontrando-se em Setúbal, compreende que estas objeções devam ser abordadas e refletidas. Manifestou, contudo, a sua concordância com a realização do Congresso no Alentejo. Conclui ainda que deveriam ser mais inovadores e a Assembleia de Delegados deverá ter um papel importante nesse contacto mais próximo das regiões, fazendo reuniões deslocalizadas e aprofundar os problemas e realidades de cada Secção.

Teresa Novais – referiu em relação às palavras de João Paulo Bessa, que se o Congresso fosse em Lisboa, este não iria apresentar um terço das razões referidas, considerando que as palavras do colega são um discurso de governo central, que impede o desenvolvimento do país. E manifestou ainda a sua opinião relativamente à descentralização e que os contactos entre as diversas regiões, deveria ser quase estatutário e regulamentado, de modo a que os contactos com as regiões deveriam ser obrigatórios, quase vinculativos. Sendo uma missão e obrigação estarem em contacto com os arquitetos que se encontram fora dos centros grandes centros económicos concluiu, manifestando a sua satisfação pelo Congresso vir a ser realizado no Alentejo ou noutra região se fosse o caso.

João Paulo Bessa – manifestou que a Colega não entendeu de todo o que ele disse e as acusações de Teresa Novais estão fora de qualquer contexto. Esclareceu que o nosso Estatuto, tem de ser alterado, pois prejudica a ação e atividades dos arquitetos em relação à Ordem. As regiões com 14 mil Arquitectos não podem ser organizadas de igual modo que outras regiões com um número de membros muito menor. As regiões terão de ser revistas e temos de ter um papel onde os Estatutos permitam que todos os Arquitectos possam participar ativamente e entendam tudo o que se passa.

Mário Martins – manifestou a sua opinião referindo que todas as regiões desejam ser beneficiadas e devemos chegar a todas as regiões. Não querendo ser mal-entendido, mas, uma vez mais nestas reuniões da Assembleia de Delegados em que se está a tratar deste tipo de assuntos importantes, está a ser realizada em formato on-line, pelo que considera que as reuniões zoom são muito uteis, podendo até ser mais confortáveis, mas o seu propósito ao aceitar fazer parte desta Assembleia, era discutir os assuntos presencialmente, cara a cara, e um contacto humano entre as pessoas. Eventualmente poderá não poder participar em todas as reuniões, mas considerou que se está a tornar um hábito nas reuniões da AdDelegados, serem em formato on-line. Quanto ao ponto em questão é a favor da realização do Congresso no Alentejo ou qualquer outra região que pudesse vir a ser escolhida, tendo obviamente em conta o controlo de custos e evitar o que aconteceu nos Açores.

Avelino Oliveira – Para finalizar, manifestou que irão ter um grande Congresso, com debate profundo de temas, que vão ser reivindicativos na arquitetura e do exercício a profissão e terá uma vertente política muito forte.

Colocado à votação, a **Proposta para a realização do XVII Congresso dos Arquitectos no Alentejo** foi aprovada por **Maioria**, com **dezanove** (19) votos a **Favor**; **uma** (1) **Abstenção** (Décio ferreira) e **dois** (2) votos **Contra** de António Maria Costa e João Paulo Bessa. (presentes 22 delegados)

Antes da votação do ponto 6. saíram Nuno Sousa Freitas, Francisco Freitas e José Luís Fernandes (14:20)

ASSEMBLEIA DE DELEGADOS

Travessa do Carvalho, 23
1249-003 Lisboa, Portugal
T: +351 213 241 110

delegados@ordemdosarquitectos.pt
www.arquitectos.pt



Ponto 6. Proposta de Integração da Ordem dos Arquitectos como Membro Fundador da "Fundação da Construção"

Como previamente votado e aprovado no início da presente reunião, este novo ponto foi introduzido na ordem de trabalhos e foi seguidamente enviado o documento sobre o assunto para todos os Delegados presentes, para conhecimento.

Avelino Oliveira - Como houvera explicado no início da reunião, foi mencionado que a Ordem foi confrontada para fazer parte da Fundação da Construção e, seguidamente, partilhou um documento relativo aos Estatutos desta Fundação, mas que ainda não se encontram totalmente "aprovados". Garantidos alguns aspetos, solicita que dentro destes moldes e do documento enviado no início da reunião, poder ter o apoio da Assembleia de Delegados, para que a Ordem dos Arquitectos venha a fazer parte desta Fundação. Salientou ainda alguns dos pontos mais relevantes nomeadamente o objeto e fins da fundação, assim como a criação de um observatório da construção, a promoção de estudos sobre as grandes opções estratégias nacionais tais como a aeroportuária, a promoção de debates e reflexão em diversos setores das profissões ligadas às principais áreas da construção, tais como a arquitetura, engenharia e economia. Referiu ainda as entidades que fazem parte integrante da Fundação, as institucionais/Ordens e as empresariais, tais como as maiores empresas de construção e de consultoria na área e do apoio do Ministério das Obras Públicas. Mencionou-se também a possibilidade de a Ordem poder sair da Fundação a qualquer momento, assim como não lhe ser devida qualquer tipo de quota. Foi sublinhado que esta Fundação é um tema bastante delicado mas, das reuniões que já havidas, foi considerado que se não viermos a fazer parte desta Fundação, ficaremos ainda mais alheados de determinados assuntos e de matérias que nos dizem respeito, tais como aconteceu na discussão do novo aeroporto de Lisboa entre outras. Daqui resulta a solicitação para a compreensão e apoio da AdDel para virmos a fazer parte e discutir os termos de integração na FC, colocando-se à disposição para prestar todas as informações.

Foi dada a palavra aos Delegados para fazerem os comentários e colocarem as dúvidas e esclarecimento que tivessem, intervierem os seguintes membros:

Marta Falcão - Manifestou algumas reservas em relação ao tema afirmando, por um lado o que lhe parece ser muito importante e a mais valia que pode ser no campo da construção e, por outro, o facto destas fundações serem, na verdade, um tipo de lobby que lhe causa algum receio. Referiu ainda que lhe parece não haver muita matéria ou fundamento para a existência desta fundação.

Avelino Oliveira - Partilha das preocupações de Marta Falcão, mas como já havia explicado, a questão é ou entramos ou não entramos. Temos que avançar. Esclareceu que o maior problema e dificuldade das empresas de construção é falta de mão de obra, pois estão muito projetos em fase de início de obra e os donos das principais empresas precisam de mão de obra e de encontrar políticas de emprego, que permitam trazer mão de obra de fora de Portugal. Este é um assunto complicado com as políticas de emigração existentes. Sublinhou ainda que o lobby já existe. Há, contudo, diversas matérias a discutir e as Ordens dos Engenheiros e dos Economistas já fazem parte e convidaram a Ordem dos Arquitectos. Salientou que ficou logo fora de questão a OA vir pagar 20 mil euros para fazer parte da FC, condição que acabou por ser aceite, assim como garantir que poderemos sair quando o considerássemos necessário. Afirmou, no entanto, que não estamos isentos de riscos, mas crê que, tendo em conta com o que tem assistido nas reuniões preparatórias, existem garantias do seu bom funcionamento e, por isso, decidir vir a esta Assembleia pedir um voto de confiança neste sentido. Salientou ainda que irá acompanhar todo este processo pessoalmente e colocar, sempre, a par a Assembleia de Delegados dos desenvolvimentos.

Renato Costa - Partilhou das preocupações apontadas pela Marta Falcão, mas, conforme também esclarecido pelo Presidente do CDN, considerou que as eventuais preocupações estão salvaguardadas, pelo que entende devermos ir monitorização e ter bastante atenção. É, contudo, de opinião que é possível dar um voto de confiança.

Paulo Pisco - Manifestou que enquanto profissionais temos sempre riscos, mas considera que numa situação destas é imperativo que a OA esteja presente, desde que salvaguardas as questões de risco. Caso se venha a tornar uma fundação indesejável, podemos sair, mas o facto de estarmos afastados de muitos dos centros de debate importantes para a nossa profissão, não é desejável, assim como o facto de terem sido convidadas 3 Ordens. Pensa que as estas estão ali para dar uma consistência de serviço público para

ASSEMBLEIA DE DELEGADOS

Travessa do Carvalho, 23
1249-003 Lisboa, Portugal
T: +351 213 241 110

delegados@ordemdosarquitectos.pt
www.arquitectos.pt



esta fundação, e é nossa obrigação que esta se torne útil. Se não for o caso podemos sempre sair e é diferente do nunca termos entrado, pelo que se deve votar favoravelmente e até de forma unânime.

Teresa Novais – igualmente receia as fundações e que posteriormente sair poderá não será assim um processo tão fácil, mas sublinhou que não podemos estar fora do que se passa no nosso país. Considera até que a Ordem deve pagar os 20 mil euros de quota, porque quem não paga não tem voto na matéria e este ponto é que devia ser alterado para termos todos os direitos dos que pagam e a OA não ser de um sócio minoritário.

Avelino Oliveira – constatou que se pagassem a quota, nessa altura sim seria mais difícil sair. O valor da Ordem, neste caso, é um valor institucional e não monetário, pelo que temos, por isso, a capacidade de intervir em tudo, pelo que esse não será o problema.

Jorge Toscano – de acordo com todas as opiniões e preocupações, e tal com no ponto anterior deveriam votar favoravelmente, mas “contrariados”. Não devemos ter medo destas tendências lobistas e temos de estar presentes, porque é deste modo institucional que podemos defender a nossa posição, pelo que se calhar será o único meio de podermos participar e exercer influência e pressão na defesa da nossa profissão.

Ana Nascimento – refere que a sua opinião é muito semelhante a de Paulo Pisco e Jorge Toscano, que devemos estar presentes sendo que é com estas ações que podemos participar, sem medo de lobbys e até para se poder vir a denunciar certas atitudes, temos de estar por dentro da questão.

Paulo Pisco - quis sublinhar esta última intervenção, com a qual concorda em absoluto.

Ouvidas todas as intervenções, **Avelino Oliveira** leu o último parágrafo do documento enviado, que refere que os Presidentes da AdDel e do CDN se devem articular neste assunto e, como referido, este assunto não está completamente fechado pelo que os Presidentes da Assembleia de Delegados e do Conselho Diretivo Nacional se comprometeram perante os membros desta Assembleia a acompanhar todo o processo e ir dando nota do desenvolvimento do mesmo, mantendo os Delegados informados acerca do seu progresso, nomeadamente, no que se refere à redação definitiva dos estatutos da Fundação.

Jorge Teixeira – igualmente sublinha que irá acompanhar este assunto e dar boa nota à AdDel do que for acontecendo e colocou à votação este ponto.

Estando todos esclarecidos e de acordo sobre a reconhecida a utilidade da Integração, foi colocado à votação e aprovado por **Maioria** a proposta de **Integração da Ordem dos Arquitectos como Membro Fundador da “Fundação da Construção”** - com **dezoito** (18) votos a **Favor** e **uma** (1) **Abstenção** de Teresa Novais. (presentes 19 delegados)

Ponto 7. Outros Assuntos

1. Nota da Arquitecta Teresa Novais

A Arquitecta Teresa Novais fez uma intervenção dando uma nota de desconforto e repúdio pela intervenção de Avelino Oliveira, veiculada pelo jornal Público, aquando do debate do IV Fórum do Ambiente que se realizou na Trofa no passado dia 7 de Junho, seguidamente leu um extrato da notícia; apontando diversos factos referidos na notícia, relativa a um edifício de *Nuno Brandão Costa*, sugerindo que Avelino Oliveira não devia estar comparar-se a outro colega, e a dizer que é melhor que outros colegas. Aceitando que não foi intencional, solicitou que este deixe de mencionar as suas convicções pessoais e sim transmita a visão da nossa instituição.

Foi dada a palavra ao Presidente do CDN, que se explicou e defendeu, referido que o que vem no Público e na Lusa, e que esta acredita, foram tiradas do contexto e deturparam as suas frases, sendo que foi o único que defendeu o colega em causa, e o que está gravado é que o colega não tem culpa e que seria incapaz de dizer mal ou atacar um colega. Aliás, foi o único que defendeu o colega e tem testemunhas de não foi nada assim, lamentando que a Teresa Novais venha aqui apresentar este tipo de assuntos sem saber o que se passou. Infelizmente estas coisas acontecem e fazem parte de quem fala em público, mas sente-se totalmente indignado com estas notícias, pois são totalmente erróneas.

ASSEMBLEIA DE DELEGADOS

Travessa do Carvalho, 23
1249-003 Lisboa, Portugal
T: +351 213 241 110

delegados@ordemdosarquitectos.pt
www.arquitectos.pt



Teresa Novais, respondeu dizendo que ao ler uma notícia tem o direito de supor que a mesma seja verdade e tenha direito a sentir indignada e referir esse facto, mas sente-se esclarecida.

2. Votos de Pesar pelos Arquitectos José Forjaz e Carvalho Dias

Foram ainda apresentados e lidos dois votos de pesar. Um por Igor França a propósito da morte do arquiteto José Forjaz e um outro por Alexandre Ferreira a propósito da morte do arquiteto Carvalho Dias.

Estes dois votos foram votados pela Unanimidade dos presentes.

3. Próxima reunião da AdD

Por fim, o Presidente da AdDel, Arq^o. Jorge Teixeira, informou que deverá ser agendada uma próxima reunião, em princípio, para finais de setembro e a realizar possivelmente no Algarve.

Terminada a ordem de trabalhos e não havendo outros assuntos a debater, o teor da Ata Sintética foi lido e colocado a votação, tendo sido **aprovado** por **unanimidade**, pelos 18 Delegados presentes, nesta altura, e subscrita pelo Presidente da Mesa.

O Presidente da AdDel, Jorge Teixeira, deu por encerrada a reunião às quinze horas e cinco minutos e agradeceu a presença e participação de todos.

Da reunião foi lavrada a presente ata, que depois de aprovada em próxima Assembleia de Delegados, será assinada pelo presidente e Vice-presidente da AdDel.

Jorge Teixeira,
Presidente da Mesa da Assembleia de Delegados

Décio Ferreira,
Vice-Presidente da Mesa da Assembleia de Delegados

Declaração Voto do Delegado
Igor Espínola França

4ª AdDelegados em 29 de Junho de 2024

Discussão do Ponto 2.
Relatório e Contas da Ordem dos Arquitectos referente ao exercício de 2023

Voto contra o Relatório e Contas da OA referente ao exercício de 2023, porque o mesmo, elaborado de acordo com o Protocolo de Repartição da Quotização e Princípios Orientadores do Orçamento da OA para 2023, não garante a viabilidade económica e financeira de todas as estruturas da OA, em particular da Secção Regional dos Açores. Além disso, desconsidera e ignora a posição da Secção Regional dos Açores da OA, que propunha a afetação do resultado líquido da sua atividade e execução orçamental a um Fundo de Reserva Regional (cf. previsto no artigo 41.º do EOA). Considero que estes, e outros aspectos consagrados no documento, revelam uma visão centralista, antagónica do princípio da regionalização que se pretende imprimir à Ordem dos Arquitectos.

Cordialmente,

Igor Espínola de França

4ª Reunião Assembleia de Delegados, 29 de junho 2024

Ponto 3. – Normas transitórias para a eleição dos titulares do Conselho de Supervisão da Ordem dos Arquitectos criado pela Lei n.º 12/2024, de 19/01;

DECLARAÇÃO DE VOTO

A Assembleia de Delegados, pelas responsabilidades que lhe são atribuídas aprovou, na 4.ª Reunião de Assembleia de Delegados - que ocorreu no dia 29 de junho 2024, por Maioria - com vinte e quatro (24) votos a Favor e uma (1) abstenção de Teresa Novais. (presentes 25 delegados) as **Normas Transitórias para o Conselho de Supervisão da Ordem dos Arquitectos**.

Apesar da aprovação e reconhecendo a urgência e a necessidade de cumprir calendário e as exigências da Lei n.º 12/2024, de 19 de janeiro, a AD apresenta uma **declaração de voto** expressando preocupações quanto à profundidade e clareza das normas agora aprovadas.

Principais pontos da declaração de voto:

- 1) Conteúdo reduzido e pouco detalhado
As normas aprovadas são consideradas demasiado simplificadas, abordando apenas o mínimo necessário e deixando várias questões em aberto. Isso pode resultar em lacunas regulamentares que podem dificultar a implementação eficaz do Conselho de Supervisão.
- 2) Falta de detalhe sobre a integração de membros não arquitetos
As condições e critérios para a integração de membros que não são arquitetos no Conselho de Supervisão não foram suficientemente especificados podendo originar ambiguidades na seleção e nomeação desses membros, potencialmente afetando a composição e o funcionamento do órgão.
- 3) Ausência de análise do impacto financeiro
As normas aprovadas não abordam adequadamente o possível impacto financeiro que a implementação do Conselho de Supervisão pode ter para a Ordem. Essa omissão pode resultar em diversos imprevistos no futuro.

Implicações da aprovação:

Apesar das preocupações expressas, a AD optou por aprovar as normas transitórias, reconhecendo a necessidade de cumprir os prazos legais estabelecidos. Esta decisão demonstra um equilíbrio entre a urgência de implementação e as reservas quanto à qualidade e abrangência das normas. A aprovação dessas normas transitórias permitirá que a Ordem dos Arquitectos avance com a formação do Conselho de Supervisão, conforme exigido pela Lei n.º 12/2024. No entanto, as preocupações levantadas na declaração de voto sugerem que deverá haver um trabalho futuro que venham colmatar as preocupações levantadas de modo que resulte num regulamento célere e eficaz

- Esta declaração de voto conjunta foi aprovada pela generalidade dos Delegados, e faz parte integrante da Ata da 4ª reunião da Assembleia de Delegados, realizada em 29 de junho de 2024.

